

- De acordo com o Precedente Regimental nº 02/2020, a sessão é realizada de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Há número legal. Está aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta é a 134ª Sessão Extraordinária, da 18ª Legislatura, convocada para hoje, dia 29 de novembro de 2022.

Passemos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Passemos ao item 1 da pauta.

- “PL 362 /2022, DO EXECUTIVO. Estabelece regras aplicáveis a estabelecimentos formados por um conjunto de cozinhas industriais, utilizadas para produção por diferentes restaurantes e/ou empresas, destinada à comercialização de refeições e alimentos essencialmente por serviço de entregas, sem acesso de público para consumo no local, configurando operação conjunta, regime de conglomerado ou condomínio de cozinhas, popularmente conhecidas como “*dark kitchens*”. FASE DA DISCUSSÃO: 2ª DO SUBSTITUTIVO DA LIDERANÇA DE GOVERNO. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO NOMINAL E FAVORÁVEL DE 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA.”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Srs. Vereadores, a matéria trata de voto qualificado. Em discussão.

Tem a palavra, a primeira oradora inscrita, pelo PSOL, nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista, que vai discutir contrariamente ao projeto.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Sr. Presidente, Srs.

Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara São Paulo e pelas redes sociais, cumprimento os professores que estão na galeria. Também sou professora da rede municipal. Em breve nós votaremos o projeto da criação de cargos. (Palmas)

Mas agora, neste momento, debateremos outro projeto que não é bom. É um projeto ruim para a população de São Paulo.

Que projeto é esse? É um projeto que tem dois temas e os dois temas são muito ruins para nós, povo, população. O primeiro é a questão das *dark kitchens*, que é o funcionamento de cozinhas industriais dentro de espaços residenciais. Apesar de se ter reduzido o número de cozinhas para 10, mesmo 10 cozinhas ainda são prejudiciais, com a questão dos odores e do barulho, mas não é só isso: as cozinhas que já funcionam vão continuar funcionando com o número de 30 cozinhas por espaço.

Quem mora ao lado dessas cozinhas deu depoimentos terríveis nas audiências públicas. Não dormem à noite. Ficam um barulhão e os cheiros. Engordura-se a casa inteira. Ninguém quer isso para a sua moradia, para a sua vida. Então, aquilo que não queremos para nós, não queremos para ninguém. Por isso, não é uma questão só de quem mora perto. É uma questão da sociedade inteira repudiar projetos como esse, que estão atrapalhando e prejudicando a vida das pessoas.

Como se não bastasse a questão das *dark kitchens*, a Prefeitura resolveu colocar dentro desse projeto outro projeto, que é o projeto do aumento dos decibéis em lugares de grandes eventos e *shows*. Então, gente, isto é muito grave, porque é outro tema. É como se fosse uma manobra parlamentar, de colocar esse tema dentro de outro, para passar com mais facilidade. Temos um nome para isso na Câmara, mas já ganhou a imprensa, porque apareceu na Rede Globo hoje de manhã. Apareceu, também, na *Folha de S.Paulo*. Chama-se jabuti. Jabuti é quando se coloca um tema que não tem nada a ver dentro de outro projeto, para passar de forma mais acelerada. Estamos completamente contra isso, também.

Por que, gente? Se não houvesse o aumento dos decibéis, seguiríamos os limites colocados hoje pela lei, porque na cidade de São Paulo existem o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento, que estabelece que cada zona da cidade tem um número limite de decibéis. Para vocês terem uma ideia, na Lei de Zoneamento, qual é o número máximo de decibéis que existe? São 65 decibéis, em zonas industriais. Em zonas residenciais ou em zonas mistas, são 55 decibéis, a partir das 19h.

Então, o que é que esse projeto quer fazer? Quer mudar a lei? Para quê? Para diminuir ou para aumentar? Para aumentar o barulho na cidade de São Paulo para 75 decibéis. Hoje, a população que mora perto do Allianz Parque, do Anhembi e do Morumbi está sofrendo com o barulho que fica. Não é que fica por algumas horas, gente. Fica, a noite inteira, a madrugada inteira, fazendo barulho.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Vereadora, e o Corinthians? Ninguém fala do Corinthians? Por que é só do Allianz Parque?

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – O que é?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Por que é que ninguém fala do Corinthians?

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Ninguém fala, lá, da arena do Corinthians, porque lá não há residências próximas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Está cheio de residências, lá.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Está?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Há residências.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Há residências?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – É lógico que há.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Mas, não chega. Não há ninguém que esteja reclamando.

Bom, Presidente, V.Exa. quer um aparte para falar alguma coisa?

O Sr. João Jorge (PSDB) – Mas, eu gostaria, Vereadora. É só um minuto.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Um minutinho...

O Sr. João Jorge (PSDB) – É um minuto. Primeiramente, Presidente Milton Leite, o Paul McCartney quer cantar no Allianz Parque, que é verde, mas não por isso.

A segunda coisa, Vereadora Silvia da Bancada Feminista, é que, no caso do Parque Antártica – que nem é mais Parque Antártica...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Lá, é “Itaquera Stadium”. Não é casa de eventos.

O Sr. João Jorge (PSDB) – Está bom. Vocês têm um bom time, também.

Aqui, o que tem acontecido? Esses dias, o cantor Michael Bublê cantou aqui. Sabem a que horas? Às 19h. Às 22h, não havia mais um barulhinho, aqui, no Allianz Parque. Então, não vamos, também, exagerar. Eu respeito e entendo a reclamação. Ela é procedente, mas, primeiramente, também há um mercado de trabalho. Contudo, aqui, no Allianz Parque, Michael Bublê, Paul McCartney, esses grandes artistas, cantam às 19h ou às 20h. Às 22h, não há um ruído mais.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Olhe, Vereador, pode ser que esses cantores cantaram até as 22h. Porém, eu recebo no meu WhatsApp, à meia-noite, à 1h da manhã, o Allianz Parque bombando, lá, de som. Assim, pode ser que sejam outros cantores, de que V.Exa. não tenha conhecimento.

Agora, a questão aqui é: lá na lei que eles querem votar hoje diz que esses eventos são eventuais. Esses eventos não são eventuais. Esses eventos são rotineiros. Se vocês entrarem agora lá no site do Allianz Parque vocês vão ver que tem show dias: 6 dezembro, 10 de dezembro, 13 de dezembro e 14 de dezembro. Um show atrás do outro e quem mora no entorno já estão passando por dificuldades de saúde. Vocês sabem que a Organização Mundial de Saúde coloca como limite do tolerável até no máximo 70 decibéis. Até no máximo. Em 70 decibéis já dá stress degenerativo, risco de enfarto e infecções. Quem é que vai pagar pela vida das pessoas? Quem é que vai pagar pela saúde das pessoas? Aqui se está colocando o núcleo acima da vida. Aqui está se colocando os interesses privados de meia dúzia de empresários, de eventos em São Paulo, acima da vida de uma população inteira.

O que está acontecendo, hoje, nessa votação, é muito grave. Porque há um prefeito, o Executivo está insensível. Não tenho outra palavra para descrever. Insensível. Porque nós fizemos várias audiências públicas. As pessoas vieram dizer como elas estão se sentindo mal com os acometimentos, como têm filhos autistas, pessoas idosas sofrendo, como tem pessoas já fazendo tratamento psiquiátrico, porque não conseguem dormir. E qual é a sensibilidade do Sr. Prefeito? Zero. Mas qual a sensibilidade do Sr. Prefeito com as grandes empresas de show? Cem por cento. Eles vão conseguir tudo que eles querem. Sabem por quê? Por que 75 decibéis é exatamente tudo que o Allianz Parque precisa. Para vocês terem uma ideia no dia 5 de abril o Allianz Parque foi multado. Sabe quanto foi o limite? 74 decibéis. Com essa lei o Allianz Parque não vai ser mais multado. Vai poder funcionar normalmente com todos os shows, colocando a população em risco, colocando a saúde da população em risco.

É por isso que nós somos veementemente contra esse projeto, tanto pela questão

das dark kitchens que teriam que funcionar em zonas industriais, quanto pela questão do aumento dos decibéis porque é uma afronta à saúde pública da população de São Paulo.

Por último. Muita gente fala que a questão aqui é defender as atividades econômicas. Somos a favor das atividades econômicas. Mas atividades econômicas de milionários, bilionários, pode sim pegar o dinheiro deles e investir em acústica para que o som não passe para a população. Então por isso, nós da Bancada do PSOL, somos contra esse projeto.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Boa tarde Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, telespectadores da TV Câmara São Paulo, professores na galeria da Câmara Municipal de São Paulo a quem cumprimento bastante. Saúdo a presença de vocês nesta Casa. É bom que todos saibam que os professores estão aqui numa luta muito justa, pela prorrogação dos contratos na rede pública municipal, que há um deficit gigantesco de professores na rede municipal e dentro desse projeto o PL 634 da criação de 610 cargos de PEI – Professores de Educação Infantil, graças a uma grande mobilização dos aprovados nos concursos públicos, houve também o acordo para apresentar uma emenda, para que vocês pudessem estar contemplados. A grande maioria pudesse estar contempladas e haver essa prorrogação. Senão nós começaremos o ano de 2023, com as crianças sem aulas. Isso essa Câmara Municipal de São Paulo não pode concordar, admitir. sob hipótese, alguma.

Então peço até o apoio das Sras. e Srs. Vereadores para que aprovamos uma emenda que contemple a luta de vocês professores. (Palmas)

Voltando ao tema PL 632/22...

O Sr. João Jorge (PSDB) – V.Exa. permite um aparte?

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Já concedo. Deixa-me só entrar no assunto do tema do debate PL 362/22, que trata das dark kitchens - minha colega já falou - é um projeto que começa errado tanto no mérito quanto na forma. Porque estamos discutindo a instalação de cozinhas industriais na vizinhança de residências aqui no município de São Paulo. O Plano Diretor, a lei municipal, já proibia a instalação dessas cozinhas industriais, qualquer ponto Industrial do lado de residências. Ninguém quer ter ao lado de sua residência uma indústria fazendo barulho, poluindo e aí o que foi que a Prefeitura de São Paulo fez? Fechou os olhos para a situação. Essas cozinhas durante a pandemia foram se instalando, depois a Prefeitura não conseguiu mais retirá-las. Daí colocou esse projeto tentando passar pano nessa situação, validando essas cozinhas, na porta, nas residências, nas janelas dos moradores daqui de várias regiões da cidade de São Paulo, que se sentem obviamente prejudicados. Não há como não se sentir prejudicado nessa situação.

Então, o projeto é ruim, ele tratava os motoristas de aplicativo que iam buscar essas refeições, o motorista não tinha água para beber, não tinha banheiro; se não tinha água, não ia precisar de banheiro também, mas no projeto que chegou à Câmara Municipal não se previa nada disso, não se previa água, banheiro, nenhuma acomodação para esses trabalhadores que iam buscar esses alimentos.

Então são duas precariedades: contra o motorista de aplicativo que ia buscar o alimento e contra a população que mora no entorno. Então, é lamentável que o projeto seja tratado dessa forma. E, no meio dessa discussão do projeto, que nos mostramos contrários, veio um jabuti. Um jabuti foi colocado. Para vocês entenderem o que é um jabuti, é um assunto que não está interligado com o projeto que está sendo discutido aqui e é colocado para ser aprovado.

É uma situação de ocasião da região do estádio do Allianz Parque. Querem aumentar o número de decibéis permitidos para que as pessoas, crianças, muitos idosos naquela região, vão ter de entrar madrugada com volume muito alto nos seus ouvidos. As pessoas não conseguem dormir, o limite atual era de 55 decibéis e a Prefeitura está querendo nesse projeto

aumentar para 75 decibéis, prejudicando sobremaneira as pessoas que moram ali naquela região, permitindo que tenham shows, um barulho excessivo naquela região.

Para vocês terem uma ideia, os 75 decibéis – na verdade, o projeto previa 85 decibéis– é como se tivesse na cabeceira do aeroporto de Congonhas. Ali sim tem 85 decibéis, então para a pessoa ter uma noção do barulho que é, é só se postar ali na cabeceira do aeroporto de Congonhas e vai ter uma noção do estrago que faz para a saúde física e mental dos moradores que se situam naquela região. E essa emenda foi colocada nesse projeto das dark kitchens. É um absurdo completo.

Vamos votar contra esse absurdo e brigar para que o limite permaneça naquela região, não só naquela região e num limite saudável. Se quer fazer show, faça antes, faça no horário que as pessoas possam terminar os shows, não é Presidente, tem show lá de música, mas tem show de futebol também naquele estádio, aquele time que joga ali, dá muito show. Então, nós somos contrários a essa proposta, a essa forma e ao mérito do projeto também. Por isso nos posicionamos contrários a esse projeto.

Concedo aparte ao nobre Vereador João Jorge.

O Sr. João Jorge (PSDB) – Vereador, apenas eu vi V.Exa. falar agora há pouco do projeto 163/2022, de iniciativa do ex-Vereador, Prefeito Ricardo Nunes, que cria cargos. Eu também como V.Exa. recebi muitas solicitações de professores, amigos que eu tenho, que são temporários e que pedem a prorrogação. Eu almocei com o Prefeito hoje. S.Exa. foi na Penha e almoçamos, conversei com S.Exa. que falou que, se a Câmara aprovar aqui, ou por emenda, ou por substitutivo, que S.Exa. concorda com a prorrogação e sanciona. Eu já passei essa informação ao Líder Fabio Riva, que agora vai ver o melhor caminho, se emenda, se substitutivo, mas da parte do Prefeito S.Exa. vai aprovar, está bom.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Obrigado, Vereador João Jorge. A grande maioria são professoras, são mulheres, mães solas, que tem seus filhos e que precisam desse

emprego. E para que não tenhamos um início de 2023 sem os alunos terem aulas por conta da falta de professores. Muito obrigado, Presidente.

- Aplausos na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir a matéria, a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Boa tarde a todos os presentes, público que nos acompanha pela TV Câmara São Paulo, Colegas Vereadores, público presente na galeria, sociedade civil, educadores e educadoras em especial.

Quero, primeiro, manifestar apoio ao projeto da prorrogação das vagas e contratos de professores.

- Aplausos na galeria.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Nós da Bancada do PSOL normalmente entramos em muitos embates com a Prefeitura; é comum que tenhamos muitas divergências. No dia de hoje, teremos uma votação consensual, tenho certeza, com todos os Vereadores votando conjuntamente pela prorrogação desses contratos.

Antes, porém, de entrar no assunto das *dark kitchens*, quero dizer que o contrato temporário é uma ferramenta necessária para a política pública de educação, mas quero deixar um alerta e uma posição: valorizamos e priorizamos sempre os cargos efetivos de educadores no Município de São Paulo.

- Aplausos na galeria.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – É muito importante mantermos a política pública viva, dinâmica, a escola fortalecida com professores que ficam, inclusive quando há mecanismos para se manter o professor em determinada escola. Sabemos que isso é muito importante, é uma questão de qualidade, de relação com o território, com a comunidade. Então, é muito importante que haja mecanismos para que o professor permaneça na escola, estabeleça relação com as famílias, com os alunos e com o bairro para que a escola tenha qualidade, com essa relação bem enraizada e com sentido em certa comunidade. Esse é o apelo que fazemos, manifestando a posição da Bancada do PSOL.

Sobre o projeto das cozinhas industriais, também chamadas de *dark kitchens*, primeiro vou falar sobre a forma como ele veio para a Câmara Municipal. Esse é um projeto que, assim como vários outros antes dele, traz, embutido em seu texto, um assunto que nada tem a ver com seu tema original, o famoso “jabuti”. Esse é um PL que legisla, que regula cozinhas industriais, também chamadas de cozinhas fantasmas, cozinhas clandestinas; são vários os nomes porque é uma atividade econômica nova, que iniciou da pandemia para cá. Seu artigo 13 dispõe sobre limites de decibéis perto de arenas, espaços esportivos e de apresentação musicais e artísticas. Qual é a relação entre cozinha industrial e limite de decibéis para todo tipo de evento? Estou falando da Allianz Parque, estou falando de eventos como campeonatos, Copa do Mundo, *shows*, muitos dos quais acontecem no final do ano. Qual é a relação entre o limite de decibéis ao redor desses locais e as *dark kitchens*? Não há relação, e não adianta dizerem que há, as pessoas sabem das coisas. Acho até que é fazer pouco caso da capacidade analítica das pessoas dizer que esses assuntos têm relação. Não há, é o famoso “jabuti”.

Então, mais uma vez, apelo. Existem várias emendas supressivas do artigo sobre decibéis. Se for para votar *dark kitchens*, vamos votar *dark kitchens*, que já é um assunto difícil, complexo. E, sobre a questão dos decibéis, estou ouvindo um argumento que tem me incomodado um pouco, que é a questão dos empregos, que a indústria cultural gera empregos etc.. Concordo, indústria cultural gera empregos. Porém, qualquer iniciativa privada que vai ter lucro tem que ter o seu investimento. Qualquer casa de *show*, que é uma entidade privada,

investe em isolamento acústico porque é parte do seu negócio. Agora, estamos falando do seguinte modelo: você vai fazer o seu *show*, seu evento esportivo, você entra com parte do investimento, quem garante a segurança para você é o Estado, mas todo o lucro é privado. Esse é o modelo que se quer fazer na cidade de São Paulo. Se você é uma empresa – seja a WTorre, dona da Allianz Parque, ou qualquer outra -, você faz o seu investimento e tem o seu lucro. Porém, parte do seu investimento é se adequar à lei; é fazer, por exemplo, isolamento acústico, caso o evento seja artístico, como qualquer empresa, como qualquer grupo de iniciativa privada.

Por que o Estado, o Município de São Paulo têm que mudar a lei para se adequar à empresa? A cidade de São Paulo tem que mudar o limite de decibéis, tem que gerar incômodo para a população para garantir que a empresa não tome multa. Qualquer empresa, para não tomar multa, faz alguns investimentos, adequações. Estou falando de isolamento acústico, que é o que está no tema, mas pode ser qualquer tipo de investimento ou questões ambientais, por exemplo. Nós vimos isso, por muito tempo, nesse Governo Federal. A lógica que tem que se estabelecer é para que o Governo mude as leis, as leis de garantia da vida, de garantia do bem-estar, de garantia da saúde e de garantia do meio ambiente; mudar as leis, deixar flexíveis, para que iniciativa privada não tome multa, não tenha prejuízo, e o lucro fique com ele. Então, não dá. E o prejuízo fica para a população ao entorno, que vai ter um grande problema, um grande prejuízo do ponto de vista da saúde, que é a questão dos decibéis, a questão do som.

Então, queria, mais uma vez, fazer esse apelo. A bancada do PSOL gostaria de discutir com os industriais, que é o tema que está colocado aqui. Esse tema, em si, já é difícil, Sr. Presidente. Nós, da CPI dos aplicativos, ficamos muito tempo - eu sou membro da CPI dos aplicativos - muito tempo nos debruçando sobre a questão da cozinha industrial, falando questões, por exemplo, como: “espaço de estacionamento de moto para entregador.” Diversos entregadores de aplicativos vieram nos procurar: “Olha, cozinhas industriais há ali, 20 ou 30 cozinhas. Fica uma profusão de entregadores em frente. Eles tomam multa, porque não há espaço para estacionarem. A multa fica para eles - não vai para o aplicativo - fica com eles. Essa é só uma das questões. Há a questão que podia haver espaço para água e para banheiro. Não

há hoje isso para entregador da *dark kitchen*, e ficam, muito tempo, ali esperando até vir o alimento, para eles conseguirem fazer a entrega. Há a questão do número de cozinhas e a questão dos trabalhadores da cozinha.

Imaginem: São 20 ou 30, muitas vezes, cozinhas num prediozinho pequeno. Imaginem um trabalhador, um cozinheiro, uma pessoa que trabalha com manipulação de alimentos ficando, por dez ou doze horas, num ambiente compacto, pequeno, cheio de fumaça e, muitas vezes, sem janela. Então, isso, em si, já é muito difícil. Isso, em si, já é muito complexo. Misturar a questão dos decibéis é impossível, é impossível.

Então, queria fazer esse apelo aos Srs. Vereadores da base, porque eu sei que muitos estão incomodados em votar esse projeto, para que aprovem a nossa emenda supressiva, para que se retire o aumento da questão dos decibéis, que se retire o artigo 13. Não há condição de se fazer esse debate com seriedade. Não há condição de se fazer esse debate dessa maneira aqui, na Câmara Municipal, colocando dois assuntos. É isso, colocando jabuti. Queria fazer esse apelo. Vamos fazer um trabalho com mais possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Nobre Vereadora, V.Exa. concede um aparte para a Presidência?

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Sr. Presidente, está no tempo de se falar pelo PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Não há problema.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Pode falar, Sr. Presidente. Eu concedo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Sim, eu não quero discutir o objeto, mas sim a forma. Sobre a lei que trata, que versa sobre a matéria, V.Exa. fez menção ao jabuti.

A lei que altera as *dark kitchens*, que altera a emissão de som, os decibéis é uma única lei, a lei 16.402. Então, são “n” artigos que compõem a lei 16.402, que se pode alterar.

Quando V.Exa. deseja alterar essa lei, à vontade - a expressão de V.Exa., que seja jabuti - eu contesto, porque todos os dois são objetos dessa lei, da mesma lei. Não é possível... Imagine se nós formos discutir como era o Plano Diretor, por exemplo? Nós vamos discutir o Plano Diretor que versa sobre “n” matérias de diversos bairros. Então, na visão do PSOL, nós teríamos que discutir 50 leis em cima do 16.402.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Sr. Presidente, eu posso só dizer uma palavra?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Não estou falando do objeto e sim da forma. Não estou discutindo a cozinha, se objetos tenham ou não razão. É só na forma que eu quero discutir, senão dá impressão de que a Câmara adotou de expediente estranho. Nesse caso específico, não. É uma mesma lei que versa sobre a matéria.

Muito obrigado pelo aparte e concedo um tempo a maior.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Sr. Presidente, eu vou ler aqui a ementa do projeto: “PL 362/2022, DO EXECUTIVO. Estabelece regras aplicáveis a estabelecimentos formados por um conjunto de cozinhas industriais, utilizadas para produção por diferentes restaurantes e/ou empresas, destinada à comercialização de refeições e alimentos essencialmente por serviço de entregas, sem acesso de público para consumo no local, configurando operação conjunta, regime de conglomerado ou condomínio de cozinhas, popularmente conhecidas como ‘dark kitchens’.”

Essa é a ementa do projeto. Essa ementa não fala de decibéis, não fala de som. Portanto, é um assunto alheio inclusive à ementa do projeto. É um assunto diferente. Essa é a ementa oficial enviada pelo Governo, enviada pela Prefeitura.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Muito bem, nobre Vereador. Eu discordo porque está mencionada a lei e se mantém a 16.402.

Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde aos professores que estão aqui lutando legitimamente pelo seu emprego.

Acho legal, assim, Vereador João Jorge, o Sr. Prefeito já se posicionar a favor da renovação dos contratos. Inclusive, estive essa semana conversando com o Secretário Adjunto de Educação já tinha me apontado isso. Mas, como levei também outras pautas para o Sr. Secretário, eu gostaria que ele e o Sr. Prefeito não só estendessem os contratos, mas colocassem a quantidade de AVE necessários nas escolas; que colocassem a quantidade de estagiários nas escolas; porque essas pautas nós temos levado para a Secretaria desde o começo do ano. Do mesmo jeito temos levado que os equipamentos de multimídia para instalar as Salas Digitais estão encaixotados há quase dois anos nas escolas.

Por isso, gostaríamos que exista esse compromisso do Governo pela Educação para que não dê um apagão no começo do ano. Aliás, o compromisso não pode ser só metade, ou por partes, tem de ser com o todo.

E, mais ainda do que renovar os contratos, gostaríamos de ver esses servidores, que estão aqui, na nossa rede de forma direta, ou seja, o concurso público poderia ter, por exemplo, uma pontuação para o servidor que já está em contrato, pois ele já tem uma expertise e, assim, possa adentrar à Prefeitura.

Essas questões não são novidade, porque já estamos discutindo tudo isso com a Secretaria há muito tempo. Acho que não dá, simplesmente, para o Governo querer mostrar: "Olha como somos bonzinhos; vamos estender os contratos". Os contratos serão estendidos, mas isso não é luta minha, nem luta do Sr. Prefeito, é luta dos servidores que não querem ver seus alunos, seus estudantes sem aula no ano que vem.

À parte um pouco essa introdução, falando do projeto em questão, da Dark Kitchens, já disse e vou repetir um pouco o debate que fiz na última oportunidade. A Cidade é do jeito que é, desorganizada, não é por conta de maus administradores, é por conta dos interesses econômicos que intervêm na política pública ou no serviço público. Porque, vejam. é evidente, se formos conversar com qualquer especialista, por exemplo, sobre a questão do 'jabuti', que vai aumentar os decibéis lá no entorno do estádio do Palmeiras - e olha que sou palmeirense, não é uma discussão de time, o Palmeiras é o meu time do coração -, então, não posso admitir ...

- Manifestação antirregimental.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - O que eu não posso admitir é que os empresários ligados ao time, ou aos shows, ou ao que for, vão ganhar dinheiro e estão pouco preocupados com a saúde pública, pois, aqui, estamos falando de saúde pública, principalmente das pessoas que moram ali em volta.

E mais do que isso: quando se abrir esse precedente, vai começar aumentar também os decibéis em outras áreas da Cidade. Ou vocês acham que outros setores empresariais não vão querer realizar shows e, por isso, aumentar os limites de decibéis também em outras partes da Cidade?

Portanto, pergunto: que vai virar isso? Cadê o estudo técnico, por exemplo, para esse aumento dos decibéis. Poxa, todo mundo já sabe do jeito que chegou esse projeto nesta Casa. Chegou num pedaço de papel de pão, escrito à caneta, o interesse de se aumentar os decibéis, porque setores do Allianz Parque queriam esse aumento.

Às vezes as pessoas olham para a Câmara Municipal e dizem: "Isso aqui não é sério". Mas, para que seja sério, tem de ser sério de verdade. Tem de mostrar estudos técnicos. Há até um substitutivo do Governo que vai diminuir um pouco os números do projeto original, mas, de novo, cadê o estudo técnico para isso? Ou é porque a sociedade civil ainda pressionou e vai abaixar um pouco? E vai abaixar um pouco, por quê? Cadê os especialistas falando que mesmo

esses novos decibéis, estabelecidos no substitutivo, não dará problemas auditivos, ou mesmo problemas psicológicos nos moradores do entorno? Não tem estudo nenhum!

Então quando a sociedade ou parte da sociedade, às vezes, mencionam que a Câmara não é séria, isso me dói bastante, afinal, isso me diz respeito, pois faço parte do Legislativo, sou um dos 55 Vereadores, hoje. Mas, no final das contas, eu mesmo tenho de admitir a realidade. A realidade é que não tem estudo nenhum. Se fazem números conforme querem, ou conforme algumas pessoas ditam. Isso não pode acontecer na maior cidade de São Paulo.

É jabuti, sim, porque, no meu ponto de vista, tratam de coisas diferentes, como eu já falei aqui. Já foram apresentados pelo Governo outros jabutis em projetos de lei, mas nós do PSOL entramos na Justiça e ganhamos. Um exemplo, que já dei aqui, foi quando V.Exas. queriam o *voucher* para CEI e EMEI, que nós conseguimos derrubar na Justiça. Por isso, jabuti aqui nós não vamos admitir e, se for aprovado, eu tenho certeza de que a Bancada do PSOL vai à Justiça com veemência, porque isso é um absurdo. O projeto das dark kitchens, pior ainda, porque vai colocar pessoas em locais precários e vai afetar a saúde das pessoas que moram no entorno e a dos entregadores, que já são bastante pressionados pelos seus patrões a fazerem entregas de forma rápida, o que acaba colocando suas vidas em risco na cidade de São Paulo, sem terem sequer direito a um lugar para usar o banheiro ou tomar uma água, já que o projeto não trata disso.

Se as leis são ruins é porque as instituições votam essas leis ruins. Mas nós do PSOL com certeza votaremos contra.

Muito obrigado.

- Aplausos na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, pessoas que nos acompanham das galerias, muito bem-vindos, todos que nos acompanham pelas redes sociais, eu vou fazer um histórico desse projeto que chegou a nós, principalmente sobre a parte não era original e que diz respeito ao aumento dos decibéis para grandes *shows*. Eu já fiz na audiência pública de hoje, mas eu quero fazê-lo aqui também.

Em uma terça ou quarta-feira, a sessão fora suspensa porque chegaria um projeto do Executivo. Por volta das seis da tarde, chegou a esta Casa o que seria um substitutivo a um projeto de lei do Vereador Rinaldi Digilio que já havia passado em primeira votação e seria votado em segunda; um texto manuscrito apresentado pelo Líder do Governo. A reação não só da Oposição, mas também da Base, impediu que, naquele momento, fosse aprovado o aumento de decibéis para 85 em algumas áreas de ZOE – Zona de Ocupação Especial da Cidade, como o Allianz Parque, o Morumbi, o Pacaembu, dentre outras áreas.

Enfim, era algo que nem se sustentava do ponto de vista até dos interessados. Vamos aos fatos: esse projeto chegou a esta Casa em um terça ou quarta-feira, logo após o Sr. Prefeito ter estado no Allianz Parque, no domingo, para assistir à final do Campeonato Paulista, se não me engano. Naquela ocasião, o Allianz Parque já havia recebido duas multas, estava para receber a terceira e, conseqüentemente, passaria por um fechamento administrativo, como determina a lei. Porém, não fazia sentido o jeito como foi apresentado o projeto, já que a incomodidade do ruído tinha sido medido na ZOE, de onde fora emitido, e não na Zona Mista, especificamente do outro lado da Rua Palestra Itália, que recebe esse som. E, segundo a Lei de Zoneamento, a partir das 19h, em Zona Mista, só é permitido barulho até 55 decibéis.

Esse regramento já existe na Cidade e não surgiu do nada. A Lei de Zoneamento recorreu a especialistas, a pessoas com capacidade de apresentar as normas da OMS e as da ABNT. Enfim, há uma série de disposições normativas legais que já versam sobre isso. Portanto, o Allianz Parque seria fechado e aí se apresentou um projeto de afogadilho que, felizmente, não prosperou. Houve audiência pública e teve uma reação grande e ele não parava em pé porque

ele também não resolveria nem o problema do Allianz Parque do jeito que estava escrito. Estava mal escrito.

As coisas pareciam caminhar para a normalidade. Qual é a normalidade? Que já vinha desde 2019 sendo discutida na região vizinha ao Allianz Parque entre os moradores, o Ministério Público e a Real Arena, que é a empresa que administra o Allianz Parque, fazerem um TAC, Termo de Ajustamento de Conduta. Há um mês esse Termo de Ajustamento de Conduta praticamente foi elaborado junto ao Ministério Público. O que dizia esse Termo de Ajustamento de Conduta? Deu um prazo para a empresa Real Arena contratar o IPT e apresentar medidas mitigatórias, ou seja, diminuir o impacto para se adequar à legislação.

No dia seguinte em que se estabelece essa vontade de assinar esse TAC, chega ao substitutivo das *dark kitchens* esse tema estranho ao projeto. Evidente que não é estranho à Lei de Zoneamento. A Lei de Zoneamento tem praticamente todos os temas da cidade que dizem respeito à ocupação do espaço público e suas incomodidades, inclusive. Mas chegou no dia seguinte. Portanto, ele praticamente matou o TAC, porque o TAC era para se ajustar às normas.

A norma existente é de 55 decibéis em frente ao Allianz Parque. Qual foi a inovação desse substitutivo? Mudou o texto. Não são mais 85 decibéis nas ZOE, mas em qualquer lugar da cidade desde que se caracterize como um grande show. Então, grandes shows na cidade terão limite de 85 decibéis, agora, alterado para 75 decibéis.

Parece uma coisa significativa, mas não é. Aprendi nas audiências públicas com especialistas, com o IPT fazendo apresentação que os decibéis são medidos em uma escala logarítmica. Então, o Vereador Eliseu Gabriel que é físico sabe muito melhor do que eu o que isso significa. A cada 10 decibéis dobra a sensação de incômodo sonoro. Então, de 55 para 65 dobra a sensação de incomodidade. De 65 para 75, multiplica por quatro. De 75 para 85, multiplica por oito. Então, a gente diminuiu o incômodo de oito para quatro vezes o que está na lei. É isso o que estamos votando: que o incômodo para as pessoas pode ser quatro vezes maior do que o que está na lei, a partir de normas da OMS, normas federais e recomendações dos especialistas.

Já foi dito que quando você ultrapassa esse limite, você gera problemas para as pessoas, gera doenças, piora a vida das pessoas. Então, os argumentos apresentados pelo Governo na audiência pública são risíveis. Precisamos preservar os empregos que são gerados pelos grandes eventos. Todos queremos emprego na cidade de São Paulo.

Vamos entender como funcionam as coisas. Esse circuito internacional de grandes eventos vem para São Paulo porque aqui tem público consumidor. Se não for feito no Allianz Parque, será feito em outro lugar e, provavelmente, vai ter alguém que vai fazer em um lugar mais preparado ou mais isolado. Isso é da lógica da concorrência. Ou, então, o Allianz Parque se quer ter grandes eventos, que invista e melhore a acústica para não prejudicar as pessoas. Isso é o óbvio de qualquer lugar civilizado, mas aqui não. Aqui, mudamos o termômetro para dizer que não está mais com febre. A febre não é mais 37°. Vamos considerar agora que febre é 40°. É isso o que nós estamos dizendo. “Febre, agora, na cidade de São Paulo, é de 40°. Se você chegar aqui com 38, 39, eu não vou te atender. Volta para casa. Febre é só de 40°”. É isso o que nós estamos dizendo. Então, não dá para admitir isso.

Por fim, por isso nós fazemos um apelo para que este tema, que é tão..., e ele não está restrito ao Allianz Parque, porque a lei, do que jeito que está hoje, qualquer lugar da Cidade... Porque não está definido o que é um grande *show*. Vai ser definido em decreto. Não está definido se é local aberto ou fechado. Não está definido nada. É tudo em decreto. Então, qualquer lugar da Cidade está ameaçado de ser vizinho de um grande *show*. Não é só a vizinhança do Allianz Parque.

Concedo aparte ao Vereador Eliseu Gabriel.

O Sr. Eliseu Gabriel (PSB) – Só destacar um trecho - a sua fala é muito interessante -, do TAC, do Termo de Ajuste de Conduta. Eu acho que esse é o grande investimento que a cidade de São Paulo deveria fazer, dando exemplo. As cidades mais desenvolvidas fazem isso. Não é que nas grandes cidades do mundo não têm shows. Lá, eles investem na mitigação do problema. Então, é mudar a posição da caixa acústica, vamos dizer assim; fechar a parte de

cima do estádio ou uma parte; ver a questão de janelas da vizinhança. Tem uma série de medidas que podem ser tomadas e, para isso, tem ciência. Para isso, têm grandes escritórios de Arquitetura aqui, em São Paulo, extremamente capazes. Nós queremos o show, mas poderíamos dar exemplo, justamente não abrindo esse negócio, que é extremamente perigoso. Quer dizer, qualquer lugar da Cidade vai poder 75... É um absurdo. É o que V.Exa. falou, a escala logarítmica. É um absurdo. Isso até dobra, triplica, quadruplica. É impressionante. Eu acho uma pena que não invistamos justamente na mitigação desse problema e tragamos os *shows* para cá. Eu acho que isso seria o ideal.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – É isso.

Também, de acordo, Vereador Eliseu Gabriel.

E para falar das *dark kitchens* - que são a origem do projeto, mas o tema, como eu já disse, acabou meio sequestrado por esse outro debate, e sufocado -, evidente que são um fenômeno novo, fruto da pandemia, onde você agrupa dezenas de cozinhas de restaurantes, cada uma em um cubículo, e multiplica o barulho, o incômodo, o cheiro, a fumaça, o trânsito em regiões que não estão preparadas para isso, nem foram projetadas para isso.

Qual o problema da regulamentação que tem de ser feita? O problema, hoje, é que é uma regulamentação daqui para frente. E as *dark kitchens* que estão instaladas de maneira irregular, gerando todos esses incômodos? Nada acontece? Nós vamos fechar os olhos? Esse problema não existe? É isso o que a Câmara vai dizer? O problema das *dark kitchens* não existe na Vila Leopoldina, não existe no Brooklin, não existe no Jardim Paulista? Não existe? Pegam um galpão ou pegam uma casa grande, enfiam um monte de cozinhas; não tem estacionamento na frente; os entregadores não têm onde parar, não têm onde ir ao banheiro, não têm onde carregar o celular, são submetidos a condições horríveis e também acabam atrapalhando a vizinhança porque estão em um local inadequado. Além do barulho, do odor e de todas as outras incomodidades que isso gera.

“Ah, mas, na Justiça, essas empresas vão ganhar se nós fizermos uma lei, porque

elas tiveram algum tipo de autorização da Prefeitura”. Primeiro, que eu acredito que elas não ganharão, porque se pegar um juiz com o mínimo de sensibilidade, vai saber arbitrar essa questão. Segundo que o nosso papel é dizer o que nós achamos. Depois, vamos discutir na Justiça. Nós não podemos usar o argumento da Justiça de antemão. Está errado ou está certo ter, dessa forma, cozinhas industriais em áreas que não são industriais? Evidente que está errado. Então, nós não podemos, dessa forma, validar e anistiar o que foi feito aqui. Tem cozinha que foi licenciada como *coworking*, como um conjunto de escritórios e virou grandes cozinhas. Tem cozinha licenciada como padaria ou como lanchonete, e não é uma cozinha de uma padaria ou de uma lanchonete: são dezenas de cozinhas funcionando juntas, cada restaurante tem sua cozinha, com tudo o que isso significa.

Então, é por isso que o meu voto – na Bancada do PT temos diferentes posições e a Bancada está liberada para se expressar – pessoal é contrário. E faço um último apelo ao Executivo, retire de pauta esse projeto para podermos discutir um pouco mais. No caso das dark kitchens podemos chegar a um acordo melhor. E no caso dos decibéis, vamos abrir um debate sobre o ruído na Cidade como um todo e discutir toda a legislação de ruído. E não pegar um caso específico e transformar em um problema, que hoje é de alguns locais da Cidade, em um problema da Cidade toda. É isso o que está escrito aqui, será um problema da Cidade toda, quando houver um grande show em Interlagos, daqui a pouco vai haver grandes shows no Canindé, daqui a pouco serão no Estádio do Juventus. Cada lugar vai virar um potencial elemento de distúrbio da vizinhança, de gerar incomodidades.

Por isso, o nosso voto é contrário e vamos continuar batalhando até o fim para que o Executivo tenha um mínimo de sensibilidade e não se curve de maneira tão vergonhosa a interesses que não são os da maioria do povo paulistano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) - Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Vereadores, prezados estudantes e professores que hoje estão acompanhando a nossa sessão, o projeto das dark kitchens trata de um tema de grande repercussão na cidade de São Paulo.

O substitutivo do projeto de Lei 362/2022 para votação no dia de hoje, que, apesar de ter passado por 7 audiências públicas, ainda não contempla demandas importantes trazidas pela sociedade civil diretamente afetada por esta nova atividade surgida durante a pandemia, como assinalou o Vereador Antonio Donato.

Pude visitar uma dark kitchen e conversar com moradores da vizinhança, além de acompanhar as audiências para melhor compreender as reivindicações. Uma pauta bastante defendida é para que haja a regulamentação do horário de funcionamento das cozinhas, e que este seja mais restritivo que o praticado, tema sob o qual o PL ainda não trata. O texto também ainda permite que as cozinhas se instalem em bairros residenciais, maiores afetados pela atividade em questão, permitindo que até 10 cozinhas se instalem em um único conglomerado, gerando grande impacto e insatisfação à vizinhança.

O maior problema do PL, no entanto, é o insalubre e descontextualizado artigo 13º, referente aos limites sonoros de grandes eventos na cidade, tema com ampla repercussão midiática, que é objeto do editorial do Jornal *Estadão* do dia de hoje, que critica com veemência a proposta, afirmando que o problema da poluição sonora na cidade está aumentando. A proposta do artigo, além de incoerente com o propósito da lei, é gravíssima pois desconsidera a saúde da população que reside no entorno das arenas multiusos, estádios, clubes, ao propor o limite sonoro de 75db ou 85db, expondo a população à pressão sonora em níveis exacerbados, que geram consequências diretas para saúde humana.

A proposta encabeçada pelo executivo desrespeita tanto a Lei 16.402, que no Quadro 4b estabelece os parâmetros de incomodidade por zona da lei, também a resolução do CONAMA nº 001/1990. Ambas fazem referência a NBR 10151/2019, que coloca o nível máximo de ruído como até 70 decibéis em áreas predominantemente industriais. A proposta de aumentar o limite

para além deste valor é amplamente rechaçada pela sociedade civil, como presente no Manifesto em defesa da saúde e bem-estar da população de São Paulo, assinado por mais de 80 entidades. Assim, eu mantenho, portanto, a discordância com essa ou qualquer proposta similar que visa aumentar o limite de ruído de qualquer zoneamento e me posiciono a favor da regulamentação das *dark kitchens*, com uma lei que contemple, de fato, as demandas da Cidade, regulamentando o horário de funcionamento e afastando as *dark kitchens* de zonas residenciais.

Concluindo, os interesses de poucos empresários não podem se sobrepor à qualidade de vida e à saúde de milhares de pessoas. Por essa razão, votarei contrário à propositura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Sr. Presidente, boa tarde. Quero cumprimentar todos que estão participando no dia de hoje nas galerias, os pares que estão nos acompanhando pelo *Chat*, principalmente quero cumprimentar os professores que estão aqui em luta por garantia e prorrogação de suas atividades, que eu diria que é o tema mais importante que votaremos nesta tarde. É um assunto de suma importância a todos na Cidade, porque os senhores exercem uma função muito importante para todos nós. Então, parabéns a todos. Eu tenho certeza de que isso será prorrogado, aliás, teria que ser garantido definitivamente, não deveria ser tema de se discutir prorrogação, mas sim definitivamente, porque é muito importante.

Nós temos diversos problemas na Cidade, são centenas de milhares. Eu sou da zona Leste, moro na zona Leste, pelas periferias da Cidade, que também têm diversos problemas. E certamente muitos dos senhores aqui também são da periferia e problemas de diversas naturezas. Então, temos que olhar os projetos pensando no conjunto da Cidade, não num setor da Cidade, não uma parte, nem grandes eventos, mas em tudo o que é importante para essa

cidade.

O projeto original que chegou a esta Casa, que versava em 85 decibéis e, com as negociações, foi ajustando, foi reduzindo. Isso é parte das negociações. Chegou a 75. Obviamente que há muita gente insatisfeita, mas o que precisa ser feito de verdade é fiscalizar, que não é feita nesta cidade.

Eu moro numa região onde, a cerca de 500 metros, não mais do que isso, também tem atividade da comunidade, e temos que respeitar porque a comunidade também tem o direito de curtir e se divertir. E o barulho é muito mais do que isso, passa de 200 ou 300, mas a comunidade tem que curtir, tem que se divertir.

Ao lado, como se fosse o quintal de onde moro, também tem outras mega-atividades, e nós temos que fazer um esforço para conviver. É assim que funciona. Agora, o que precisa ter para valer é a fiscalização – que, muitas vezes, se omite, não faz o seu papel. E a lei é para isso: regulamentar, fiscalizar, dar poder ao Executivo para que prepare uma equipe para fiscalizar de verdade. E também temos que pensar sobre de que forma vamos instrumentalizar o Executivo para que cumpra o seu papel, e cobrá-lo para que fiscalize de forma adequada.

Quanto aos grandes shows, o tema principal, nada aqui impede que sejam feitos, e que as partes tomem as medidas mitigadoras. As partes têm que se entender. Esse é o papel da fiscalização. Eu não vejo problema. Isso está garantido.

Um Colega Vereador falou sobre o Itaquerão – que eu conheço como a palma da minha mão, porque é a minha quebrada; tem centenas de residências em volta, ou milhares, centenas de milhares –, e não tem problema, porque o futebol está no nosso DNA. Todo mundo quer curtir, se divertir, é muito importante também.

Se for no Allianz Parque, não é diferente. Agora, o que precisa é ter...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Nobre Vereador...

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Não, é diferente, e eu até respeito a opinião de todos

– espero que respeitem a minha também.

Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Eu pensei que a quebrada de V.Exa. fosse lá do lado do Palestra, não dos alvinegros. Eu fico orgulhoso de V.Exa. [estar] lá em Itaquera.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Sr. Presidente, com muito orgulho, eu tenho muitos amigos corintianos. Eu sou palmeirense.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Eu sou corintiano. V.Exa. é meu amigo.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Na minha casa, aliás, são quatro; eu tenho dois filhos. Eu e o filho mais novo somos palmeirenses; a minha esposa e o meu filho mais velho são corintianos. Qual o problema?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Quem manda na família são os filhos, e um é corintiano. É o que importa.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Não há problema. Futebol e samba estão no nosso DNA.

Há tantos outros temas sobre os quais poderíamos falar que são de suma importância para a cidade.

Quando foi para garantir e votar por uma qualidade de vida melhor para o funcionalismo público, que é interesse de todos, nós nos posicionamos favoravelmente ao funcionalismo, porque entendemos que é importante.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores tem diversas opiniões, cada um tem a sua, e temos que respeitar. E eu respeito da mesma forma que os demais respeitaram.

Na condição de Líder da Bancada, nós entendemos por bem liberar a bancada para liberar conforme a sua consciência. E isso foi feito, Sr. Presidente. E quero registrar que este Vereador, a exemplo de outros, irá votar favoravelmente, porque entende desta forma.

É o que quero registrar, Sr. Presidente. Obrigado.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir pela Liderança do Governo, o nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara, galeria em geral.

É mais um projeto que chega a esta Casa, e não diferentemente dos outros, com um debate bastante democrático, respeitando todos os posicionamentos. Foram diversas audiências públicas no que tange, principalmente, à questão das *darks kitchens* e, também, com a inclusão antes da penúltima audiência pública, antes da primeira votação de um assunto correlato à questão das *darks kitchens*, uma lei que está sendo alterada que é a Lei 16.402 de março de 2016, a questão dos decibels.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, em primeiro lugar, Sras. e Srs. Vereadores, que o projeto encaminhado pelo Executivo sofreu, ao longo desse tempo, diversas alterações. Alterações que sempre visaram o melhor equilíbrio para que o legislador pudesse dar segurança jurídica e também o entendimento dos vizinhos que se sentiram e se sentem impactados com as *darks kitchens* que foram instaladas na cidade de São Paulo, em especial, duas da região da Vila Romana e a do Brooklin, que, de uma forma ou de outra, quero independentemente de qualquer posicionamento dizer que o Parlamento e a sociedade deve sim, como sempre esta

Casa sempre foi palco de muitas discussões, defender aquilo que acredita, o que, muitas vezes, é muito caro para cada um de vocês.

Mas o Parlamento, a letra fria da lei, muitas vezes, não consegue – e jamais vai – retratar aquilo que tanto as pessoas que sentem prejudicadas com o instalar dessas cozinhas como também aqueles que, de uma forma ou de outra, sobrevivem – não dizendo dos empresários que criaram o negócio, mas aqueles trabalhadores que precisam ter um espaço para o seu ganha pão, o seu emprego, a sua renda.

Então, é bastante difícil muitas vezes, principalmente, quando o Prefeito Ricardo Nunes se deparou com as diversas reclamações, os diversos pedidos, inclusive, para fechamento dessas darks kitchens, de uma legislação, de uma regulamentação, trazer essa tranquilidade que, às vezes, é difícil o impacto na vizinhança, mas, também, salvaguardar alguns empregos que, de uma forma ou de outra, independentemente da questão daquilo que foi licenciado ou não.

E quero deixar muito claro o meu posicionamento, principalmente, quando falam de autorização da Prefeitura para uma determinada atividade, inclusive, aquelas que também fazem parte do objeto desse projeto de lei que é a questão dos decibels que eu, salvo melhor juízo, em minha posição como advogado, muitas vezes, tenho que fazer a interpretação da lei da forma que cada um possa entender, entendo que a Prefeitura em alguns atos teve equívocos.

É por isso que, nessa interpretação da lei, as partes prejudicadas se socorrem do Judiciário. Muito se fala nesta Câmara sobre isso, Vereador João Jorge. Muito se questionam projetos quando votamos de forma democrática, representando uma maioria, que a parte vencida sobe nesta tribuna ou a própria sociedade clama que vai buscar guarida do controle externo do Judiciário. É legal? É legal, mas os Vereadores e Vereadoras foram eleitos para legislar, para buscar dentro deste Parlamento, de forma democrática, a votação desses projetos.

Muito se fala em respeito à democracia, respeito às decisões, e, muitas vezes, neste Parlamento e fora, aqueles que defendem ou acusam a falta democrática de debate e respeito às decisões, se socorrem de meios legais para se valerem da lacuna que a legislação deixa. O

intérprete da lei passa a ser quem? Aquele que analisa os fatos. É isso que está acontecendo com as darks kitchens.

As darks kitchens tiveram feitas as ações fiscais, e a parte que se sentiu prejudicada, se socorreu da Justiça, ganhou e está funcionando com liminar, sem limite algum, sem absolutamente a restrição legal que hoje, com a votação desse projeto, acaba se impondo.

Quero, de forma muito transparente, fazer um debate e dizer que, quando defendo a questão da segurança jurídica e da segurança legislativa, a regra do jogo tem que ser muito clara. Nós não podemos mais ter que a interpretação da lei caiba a quem quiser. Eu sou advogado, e quantas vezes há uma decisão favorável em primeira instância e uma decisão desfavorável em segunda instância? Depois se socorre numa terceira instância, que reforma a decisão da segunda e confirma a da primeira?

O Judiciário, de uma forma ou de outra, interpreta aquilo que se comprova nos autos e a Prefeitura, muitas vezes, até nessa questão de interpretação, cabe a quem interpretar? Dentro desse processo, eu li e ouvi muito a respeito das licenças que foram dadas para o funcionamento dessas *dark kitchens*.

E eu fiquei um pouco mais tranquilo, do ponto de vista legal, quando na própria lei, que vamos aprovar hoje, no artigo 10, §1º, letra c, reza: “nas hipóteses de revogação, extinção ou cassação das licenças existentes, não será permitida a expedição de novas licenças de funcionamento para cozinhas que integram o estabelecimento até que se atenda aos parâmetros previstos no art. 3º.”

Se o próprio artigo 10 traz que as licenças, que cabem à Prefeitura, mesmo aquela que autoriza pode revogar. Está expresso na lei, exclusiva de uma regulamentação da Lei nº 16.402, que trata da Lei do Zoneamento.

Eu quero trazer luz às discussões e dizer que, muitas vezes, é difícil convencer quem está convencido e é difícil também dizer ao empresário que ele tem de limitar o número de cozinhas. E precisamos sempre buscar o equilíbrio.

E aqui, não estamos defendendo nem “a” nem “b”. Nós estamos defendendo a cidade

que precisa ter uma regra. Quando uma regra é clara, fiscalizamos, cobramos o Poder Público. Essa é uma das funções dos Vereadores e Vereadoras eleitos nesta Casa. Esse é o papel. Esse é o papel importante do legislador. Essa é uma prerrogativa, Vereador Rubinho, V.Exa. que é advogado, do vereador e da vereadora.

Nós aqui não podemos mais deixar a cidade numa insegurança jurídica, onde o empresário quer fazer um investimento, gerar renda, emprego e, sem dúvida alguma, aquele que quer de alguma forma ou de outra fazer um investimento, ou aqueles que moram também nesse entorno e que, muitas vezes, são comerciantes, têm a sua padaria, a sua pizzaria, o seu fundo de comércio; alguns têm indústria, outros, empresas de prestação de serviços.

Ou seja, às vezes, é muito difícil buscar esse equilíbrio, mas eu acredito que temos de dar um passo de cada vez. Para que não fiquemos mais restritos a uma decisão judicial, que impede inclusive a Prefeitura de fiscalizar, que impede inclusive de termos um limite. Eu faço sempre a interpretação dos decibéis a que se refere o Art. 146, Parágrafo 2º da Lei de Zoneamento, e fiz essa interpretação, por isso estamos fazendo uma alteração limitando o que eu entendo que é ilimitado, que são bandas de música. Ou seja, é dessa forma que vamos enriquecendo cada vez mais o debate.

Muitas vezes as leis não param única e exclusivamente com essa votação, mas podem ser aprimoradas, ao longo do tempo, com alterações. Nós, da Câmara, já fizemos vários projetos alterando leis já existentes, aprimorando, melhorando, então acho que esta é a forma.

Concedo aparte, Vereador João Jorge.

O Sr. João Jorge - (PSDB) – Vereador Fabio Riva, os vereadores da Oposição, que antecederam o senhor, falaram contra o projeto e mencionaram também o PL 634/2022, que cria 610 cargos de professores. Eu também vou entrar, como o senhor está falando, na questão das *dark kitchens* e na questão dos decibéis. Mas quero fazer uma pergunta para o senhor.

Quando o senhor não estava aqui, estava correndo atrás de resolver a questão das *dark kitchens*, eu informei que conversei com o Prefeito hoje, assim como o senhor, nós já

tínhamos conversado antes. Muitas professoras e professores estão preocupados não só com a criação desses 610 cargos, mas também com a prorrogação dos contratos de professoras e professores temporários. E o Prefeito disse que, se nós, na Câmara, fizermos as alterações, ele concorda e sanciona.

Então, a primeira coisa é se o senhor já está providenciando a modificação disso ou não.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – A modificação já foi feita a pedido do Prefeito, está no Substitutivo do Executivo. Tão logo entremos no PL 634/2022, eu serei o primeiro a me manifestar e esclarecer o que é a demanda desses contratos que, de uma forma ou outra, em caráter de excepcionalidade, serão prorrogados. Não sei a quantidade, mas a importância de que isso conste no Substitutivo do Executivo. O Prefeito também me telefonou solicitando isso. Desde o início, quando apresentamos esse projeto, sempre tivemos no canto dos olhos essa demanda e ela está hoje concretizada no Substitutivo do Executivo. Mas eu chego no momento oportuno.

O Sr. João Jorge (PSDB) – Obrigado.

Só falando um pouco da questão das *dark kitchens* e da questão dos ruídos. Quando os vereadores da Oposição falam das *dark kitchens*, eles estão no seu papel. Respeito V.Exa., Vereador Celso Giannazi, quando coloca sua posição. O senhor é um Vereador de Oposição, o senhor normalmente é contra quase cem por cento dos projetos do Prefeito, sejam projetos...

O Sr. Celso Giannazi (PSOL) – Não. Desse eu sou a favor, do PL 634/2022 eu sou a favor.

O Sr. João Jorge (PSDB) – Claro, esse tem concordância geral. É um projeto muito bom do Prefeito, para a Educação, e nós estamos todos juntos nele. Isso é muito bom. Mas é

bom que quem está aqui hoje saiba que isso é uma raridade, uma exceção. Normalmente os senhores da Oposição se posicionam como Oposição, e eu respeito. Os senhores têm esse direito, só que às vezes passam a impressão equivocada de que nós estamos aqui trabalhando contra a população.

É bom que se diga para quem está presente que o projeto das *dark kitchens* - nós somos 55 vereadores -, para ser aprovado precisa de 37 votos. Não é fácil construir uma maioria. Se a grande maioria, dois terços dos vereadores, não estiver convencida, esse projeto não passa. E é óbvio que todos nós temos de dar satisfação para o eleitor lá fora. Seja na região central, na periferia, onde eu moro, zona Leste, nós temos de dar uma satisfação sobre *dark kitchens*.

O que existe hoje é uma ausência de regulamentação. Estamos tratando de uma coisa que não é regulamentada, que está meio em terra de ninguém. O que o Prefeito Ricardo Nunes fez? Pegou seu corpo técnico, estudou e nós estamos hoje regulamentando. Por isso, vejo com satisfação que até dedo do PT que, normalmente, se coloca contra os projetos, eu o vi – pelo menos foi assim que eu entendi – colocando a sua boa vontade de interpretar o projeto das *dark kitchens* e até votar favoravelmente. Achei isso maravilhoso. Significa que há bom senso, não é uma questão fechada. Vamos votar contra ou a favor. Isso é muito bom.

A partir de agora, haverá uma regulamentação dos projetos para a instalação dessas cozinhas. Vai melhorar muito. Alguns lugares elas não poderão ser mais instaladas, doravante haverá regra para as futuras instalações.

Por fim, se me permite mais um minuto. Sobre a questão dos decibéis.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Pois não.

O Sr. João Jorge (PSDB) – Eu soube, não sei se o senhor pode informar isso já, para eu completar o meu raciocínio, a proposta que foi aprovada inicialmente era de 85 decibéis. O senhor estaria fazendo uma proposta para redução. Procede isso?

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Procede. Nós reduzimos para 75 decibéis. Já foi, inclusive, objeto da audiência pública da semana passada e de hoje, com o substitutivo de 75.

O Sr. João Jorge (PSDB) – Estamos reduzindo para 75. Muito bom, parabéns pela iniciativa.

Eu queria levantar também, já defendi em questões das audiências públicas, o senhor usou uma palavra que me trouxe a esse microfone. Eu estava sentado, ouvindo o seu discurso, o senhor usou a palavra “equilíbrio”. Nós estamos vivendo no Brasil – já discuti isso recentemente – onde a palavra “equilíbrio” anda em desuso.

Na política estão radicalizados os dois lados, estamos em busca do bom senso.

Quando o senhor reduz para 75 decibéis está demonstrando o bom senso. É importante dizer o seguinte: se o *show* do Coldplay não for feito em São Paulo, eles vão fazer no Rio de Janeiro, em Curitiba, Recife, Salvador. O Coldplay não virá a São Paulo se não puder fazer o *show* aqui. Então nós temos de pensar isso.

Não haverá *shows* todos os dias, como alguém disse, será ocasionalmente, uma vez ou duas, por mês, num estádio como o Allianz Parque. Como o estádio já é coberto, sai menos som.

Vou repetir o que disse agora pouco, quando o senhor não estava, os grandes *shows* no Allianz Parque têm acontecido às 19h ou 20h, e às 22 horas encerram o *show*, vai acontecer de novo daqui há 15-20 dias. É importante que impere o bom senso.

Vereador Senival Moura eu apelo para que V.Exa. vote favorável, pois há uma indústria do entretenimento na cidade de São Paulo com dezenas de milhares de pessoas que também precisam desse trabalho, sem incomodar os vizinhos. Temos de pensar nos dois lados, há que se ter equilíbrio e bom senso em tudo.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Vereador João Jorge, é bom ouvi-lo, sempre com tom de ponderação. Foi Secretário da Casa Civil, Líder de Governo, conhece bem a máquina do Executivo e do Legislativo. É sempre importante fazermos o debate, da mesma forma que faço com a Oposição. Já estou há algum tempo na Liderança do Governo, tenho dialogado com todos de forma democrática, respeitando todas as posições.

Eu queria informar a todos que em alguns pontos, durante a audiência pública, de hoje, quando ouvimos a sociedade, nós fizemos acréscimos importantes no substitutivo do Executivo.

Quero fazer um destaque ao artigo 3º. Está aqui a Mariana que defende a questão da Vila Romana, o incômodo dos vizinhos gerado pelas *kitchens*. Segundo a legislação de hoje, automaticamente não se tinha um limite de instalação para as *dark kitchens*. O Vereador Paulo Frange, numa das audiências públicas, sugeriu um raio de, no mínimo, 300 metros, entre uma *dark kitchen* existente ou já autorizada e uma nova. Isso foi incorporado para que não haja às vezes um subterfúgio na interpretação da lei, de se ter uma *dark kitchen* num número e a outra pulando dois números. O impacto seria a mesma coisa, se houver 20 cozinhas num lugar e 10 uma vizinha da outra, o impacto vai ser o mesmo.

Então acho que vale parabenizar quem fez essas falas, nessa luta, pois nós acrescentamos o parágrafo 2º, no artigo 3º, que reza o seguinte: “A distância mínima entre uma *dark kitchen* existente ou licenciada e a outra não deverá ser inferior a um raio de 300 metros, sendo definido na regulamentação o centro do raio. Quando eu falo da interpretação da lei – e, muitas vezes, cabe ao intérprete interpretar isso –, se você não crava um raio, automaticamente eles poderiam licenciar uma do lado da outra.

Sabemos que é difícil, mas eu entendi e por isso fiz gestão para que isso ficasse consignado. Parabenizo o Vereador Paulo Frange, que é o Presidente da Comissão de Política Urbana, que bem conduziu esses trabalhos. Dialogamos bastante e entendemos que poderia eventualmente haver uma, duas ou três, uma do lado da outra, com 10, e criamos o raio para minimizar esse impacto. Acho que vale aí a comemoração, mesmo tímida, de uma vitória. É por

isso que eu falo que eu busco equilíbrio, porque muitas vezes temos de definir as coisas no decorrer do jogo – e foi isso o que nós fizemos. Então, isso veio para crescer, para melhorar, para aprimorar.

A outra alteração nós estamos colocando no artigo 4º. Também acrescentamos um §3º. E por que, isso? Vou explicar, primeiramente, por que nós colocamos isso. Hoje, você chega a uma *dark kitchen* e você não sabe qual é a empresa que está lá. “Ah, a empresa é da Dark Kitchens. Não sei o nome de quem é.” Entretanto, você não sabe quais são as cozinhas que estão lá. Quais são os CNPJs das diversas cozinhas que estão lá?

Então, nós acrescentamos o §3º, dizendo o seguinte: os estabelecimentos a que se refere o artigo 1º desta lei deverão manter afixado no saguão de entrada da edificação, em local visível ao público, um quadro onde conste a razão social, o nome fantasia, logomarca e número de cadastro dos órgãos da Vigilância Sanitária, de todas as empresas que se instalem no empreendimento. Então, é mais uma questão que foi oriunda da própria audiência pública.

No artigo 7º, falamos, também, da questão do Código de Obras e nós também incluímos um §2º, que é a questão da segurança, a questão do combate a incêndios. Então, considera-se o bombeiro profissional, uma demanda do Vereador Bombeiro Major Palumbo, que fez essa defesa, inclusive, em plenário, falando da importância da segurança. Principalmente, estão aqui os nossos aguerridos bombeiros da Casa. É importante, quando as cozinhas atingem mais de 1000 metros quadrados, haver um bombeiro civil, para garantir essa questão da segurança, o que dá segurança não só para os trabalhadores, mas também para os vizinhos, no entorno dessas *dark kitchens*. Então, vale sempre ressaltar esse bom diálogo, no que diz respeito a essas alterações que vêm, de uma forma ou de outra, contribuir com o processo legislativo.

Não menos importante é quando falamos da questão dos decibéis. Nós incluímos, também, um §5º ao artigo 146, que reza o seguinte: as exposições constantes no artigo 4º, que fala do limite de 75 decibéis para os grandes *shows* e eventos autorizados por decreto, não eximem os responsáveis do cumprimento de medidas mitigadoras relacionadas com ruído a serem implementadas no estabelecimento ou no entorno, conforme o caso.

Aqui eu jogo um pouco de luz, Vereadores Senival Moura, Jair Tatto, João Jorge, público que nos assiste, porque, independentemente de eu ter o meu estabelecimento licenciado, seguindo os limites que a legislação impõe, de ruído, eu sempre tenho um vizinho e vale, aqui, que as medidas mitigadoras, do bom senso, do equilíbrio, de que eu falei, possam ser sempre objeto de diálogo. Inclusive, falou-se muito, Vereador Camilo Cristófar, da questão do Allianz Parque. A própria Prefeitura assinou, juntamente com o Ministério Público e os interessados, um Termo de Ajustamento de Conduta.

O Sr. Camilo Cristófar (AVANTE) – V.Exa. permite um aparte?

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Deixe-me só concluir.

Por que, isso? Porque busca mitigar aquilo que acaba gerando incômodo. Muitas vezes, vemos e ouvimos isso, principalmente na periferia, que é um caso bastante diferente. Temos o problema de ruído na cidade. Isso é fato. O que nós estamos buscando é um regramento. Porque um regramento? Eu ouvi hoje, inclusive, de um Vereador que respeito muito, Vereador Donato, tenho um apreço, sempre combatente, tem seus posicionamentos, as vezes a gente concorda, a gente discorda, faz parte do jogo democrático, que o legislador quando fala em bandas e músicas falava da banda que tocava no coreto, Estamos em 2022. A Lei de Zoneamento foi aprovada em 2016. Já existiam essas arenas, esses estádios que fazem esses shows. Nós não reinventamos a roda.

Agora eu entendo e a Prefeitura tem colocado em cima do Art. 146 que as bandas de músicas estão as excludentes do ruído. Ou seja, estavam ilimitadas. E você limitar em 75 agora, você tem uma regra do jogo e os vizinhos podem cobrar isso com maior efetividade.

Esses shows vão ser todos eles autorizados de forma esporádica pelo Sr. Prefeito através de um decreto. É diferente pedir um show para fazer em uma Subprefeitura. São grandes eventos na Cidade de São Paulo. Temos o turismo de entretenimento, temos empregabilidade, temos também a vizinhança. Temos que buscar esse crivo? Vamos tentar. Se não fora agora,

quiza a gente possa voltar nessa Casa, para debater de forma mais ampla:, mapa de ruído, questões que gerem toda a incomodidade da cidade. A Câmara não vai se furtar a fazer isso, mas um passo de cada vez.

Concedo um aparte ao nobre Vereador Camilo Cristóforo.

O Sr. Camilo Cristóforo (AVANTE) – Obrigado nobre Vereador Fabio Riva. Líder do Governo.

O que nos preocupa nobre Vereador e Ilmo. Sr. Presidente Milton Leite - amanhã Prefeito d São Paulo - é o regramento, graças a Deis vai sair. O que nos preocupa é o PSIU. O PSIU a gente não tem estrutura alguma para fiscalizar o que deve ser fiscalizado. Acho que a atitude do Sr. Prefeito, combinado com o Presidente dessa Casa, combinado com os Srs. Vereadores de abaixar 10 pontos, de 85 para 75 decibéis – ou decebeus como gostam de falar - eu acho que é muito importante para a Cidade de São Paulo. Mas temos que reforçar, queria até o apoio do Sr. Presidente – que é muito importante – o fortalecimento do PSIU. O fortalecimento da fiscalização. Porque uma hora da manhã, uma casa dessa, uma pessoa reclama do barulho, eles vem na sua casa medir o decibéis que tem dentro da sua casa, uma hora da manhã? Não virão. E se vierem? Nós não temos fiscais para poder chamar, para poder, no mínimo, advertir e autuar essas casas de shows. Acho que isso é muito importante.

E sobre as cozinhas, acho que a Cidade de São Paulo está regrada. A partir de agora a Cidade colocou uma regra nas cozinhas. É muito importante, porque a reclamação era muito grande, Sr. Presidente, das casas ao entorno que estavam vivendo um verdadeiro inferno com a poluição e com a gordura dessa dessas cozinhas.

Obrigado, nobre Vereador Fabio Riva, obrigado Sr. Presidente.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Muito obrigado pela colaboração. Corroborando ao que V.Exa. disse, nobre Vereador Camilo Cristóforo, o Sr. Prefeito encaminhou para esta Câmara o projeto de lei, de valorização dos agentes vistoros. Inclusive, será debatido nesta Casa. Ouvir

atentamente, inclusive, toda a direção do sindicato dos agentes vistores.

É importante esse olhar que o Sr. Prefeito está tendo com essa questão do PSIU, de aumentar o número de fiscais na cidade, de valorizar aqueles já existentes. São medidas importantes que corroboram essa questão.

Mas quero aqui Sr. Presidente, mais uma vez, cada vez mais poder discutir esse projeto. Mas eu não posso deixar de dizer que projetos como esse que chegam a essa Casa, que geram aí várias discussões, posicionamentos, eles são importantes, porque temos a possibilidade de entendermos a cidade de forma mais plural, podendo de uma forma ou de outra, fazer tudo aquilo que muitas vezes essa lacuna da lei, essa falta de interpretação, você vê. Eu sempre faço menção, Sr. Presidente, ao Art. 146. Sou muitas vezes criticado, porque faço uma interpretação do Art. 146. Da mesma forma que eu faço essa interpretação, que a própria Prefeitura do Município de São Paulo, tem feito essa interpretação, outros podem interpretar de forma diferente.

Eu vi muito aqui: Ah, eu vou recorrer ao Judiciário, eu vou recorrer ao MP.” Pessoal, precisamos muitas vezes ter o discernimento de exercer aquilo que nos foi outorgado nas urnas. Cada um aqui tem o direito de reivindicar e cobrar do seu Parlamentar os seus posicionamentos, mas não pode pegar carona em determinadas questões para achar que precisamos atender “a” ou “b”, aqui não estamos para atender “a” ou “b”, aqui estamos para efetivamente tentar traduzir numa letra fria da lei aquilo que de uma forma ou de outra gera um conflito a sociedade. O conflito a sociedade cabe a esse Parlamento muitas vezes ter de decidir e a decisão é majoritária.

E aí, sem dúvida nenhuma, aquilo que é votado nessa Casa de Leis sobe para sanção ou veto do Prefeito. Falando nisso amanhã o Presidente Milton Leite assume, o Prefeito vai estar numa viagem para o Uruguai, representando o nosso município num encontro importante, e nós teremos lá o Presidente da Câmara, que representa também o Parlamento, uma vez que com o falecimento do nosso querido e saudoso, Bruno Covas, o Prefeito Ricardo Nunes, que era Vice, assumiu como Prefeito. E o Presidente da Câmara assume nessas ausências de compromissos particulares, ou compromissos diplomáticos do Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Também sou Vice.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – V.Exa. é Vice, é o que eu estou dizendo, ou seja, esse Parlamento tem por regra fazer essa discussão, tem por regra cada vez mais nos aprofundarmos, mas quero dizer que as discussões não se esgotam única e exclusivamente com a votação de um único projeto, se não fosse assim, não estaríamos aqui com o substitutivo do Executivo, pedido do Prefeito, alterando uma lei da prorrogação dos contratos da excepcionalidade dos professores e também alterando uma lei que fala da remuneração dos estagiários. Então, essas alterações sempre são perenes e vão acontecer no Parlamento, sempre vão acontecer, mas para isso precisamos dar um passo para entender o que a sociedade de uma forma ou de outra enxerga daquilo que é uma decisão, se precisamos ter a humildade de reconhecer que precisamos mudar aquilo que nós votamos, ou aprimorar aquilo que nós votamos. Esse é o papel de todos os Parlamentos que temos, não só aqui no maior Parlamento do Brasil e no maior Parlamento que temos em número expressivo de Vereadores e Vereadoras que representam a sociedade. Esse é o trabalho, é dessa forma que vamos avançando, que vamos discutindo, que vamos aprimorando.

O Prefeito Ricardo Nunes nasce da história dessa Câmara Municipal, conhece perfeitamente qual o papel da Câmara Municipal, reconhece sempre a importância dos Vereadores. Não há uma inauguração, Sr. Presidente, ou uma fala do Sr. Prefeito em qualquer evento que S.Exa. não faça menção à Câmara Municipal, que S.Exa. não elogie a postura dos Vereadores e Vereadoras dos diversos partidos. O contraditório faz parte, só crescemos como pessoa quando aprendemos e, muitas vezes, temos de aprender errando, mas buscando sempre acertar. A vida da gente é assim, os Vereadores são assim, as razões de projetos que defendemos são assim também.

Eu tenho plena convicção de que essa é a nossa função e por isso não me furto do debate, não me furto de discutir, mas precisamos avançar. Nós ouvimos atentamente, participei

das audiências públicas, ouvi atentamente, ouvi até algumas coisas que do meu ponto de vista até pela razão e a emoção de quem sente na pele esse incômodo, respeitamos. Por isso que estamos aqui: para poder ouvir, ser ouvido, ouvir mais. Quem ouve mais erra menos. E assim vamos seguindo, esse é o Parlamento, essa é a discussão que temos sempre que ter nesta Casa.

Projetos como esse e outros que ainda vão chegar a esta Casa, como os que já votamos, trazem muitas vezes medidas impopulares, mas necessárias, como os ajustes que fizemos e a Câmara aprovou durante a pandemia, o pior período da história da cidade de São Paulo, quando a Câmara votou, de forma virtual e inovadora, recursos para a área da saúde, Presidente Milton Leite. V.Exa., que sofreu - assim como nós nesta Casa, usando máscaras, e hoje não a estou usando porque falo da tribuna, longe das pessoas –, sabe bem o quanto isso foi importante.

Tenho certeza de que tudo aquilo que o Parlamento buscou, fizemos na Casa por meio de vários projetos, que não foram aprovados por maioria, mas por unanimidade, construindo diálogo. O Prefeito Bruno Covas pediu que eu assumisse como Líder do Governo e fizesse a interlocução com o Executivo. Já estou há quatro anos nessa função, sempre buscando dialogar. Tenho ótimo relacionamento com todos os Vereadores e Vereadoras da Casa. Posso não concordar algumas posições, mas respeito todos. Estamos aqui para discutir, aprimorar projetos e levar essas discussões para o Executivo, entendendo que não só os projetos do Executivo, mas os do Legislativo, Sr. Presidente, precisam ser discutidos e votados. Precisamos da mesma discussão, que muitas vezes temos na Casa com o projetos do Executivo, discussões acaloradas, em relação os projetos dos Vereadores. Quantas vezes paramos a votação, suspendemos para discutir toda essa relação entre o que o proponente quer com seu projeto e o que a grande maioria da Casa entende sobre ele. O papel do Vereador é também um papel de convencimento, de tentar dizer o seguinte: “Estamos aprovando isso, são medidas necessárias, importantes, que a sociedade precisa saber”.

Aos olhos da sociedade, muitas vezes a classe política não é bem-vista. Muitas vezes

sofremos com o que votamos e, também, com o que não votamos. É importante termos a transparência de virmos a esta tribuna e colocar - como homens e mulheres, cidadãos e cidadãs – que precisamos amadurecer, crescer, aprimorar.

Então, Sr. Presidente, parabênzo as Sras. e Srs. Vereadores por mais um projeto bastante discutido. Parabênzo também a sociedade civil que veio a esta Casa e colocou suas razões para aprimorarmos o projeto. Dessa forma, Sr. Presidente, encaminho voto favorável ao substitutivo do Executivo ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Não há mais oradores inscritos.

Encerrada a discussão. Há sobre a mesa dois substitutivos, que serão lidos.

- É lido o seguinte: (Substitutivos 1 – Eliseu e 2- Lid do governo ao PL 362/2022)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Lidos os substitutivos, neste momento, suspenderei a sessão para a realização do Congresso de Comissões referente aos projetos constantes na pauta, de autoria dos Srs. Vereadores, bem como ao PL 362/22. Todas as Comissões participarão do Congresso, que será presidido pelo Vereador Gilson Barreto.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Reaberta a sessão.

Há sobre a mesa pareceres aos substitutivos que serão lidos.

- É lido o seguinte: (Leitura de dois pareceres aos substitutivos do PL 362/22)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Lido os pareceres, passemos ao processo de encaminhamento de votação.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. (PSDB) – (Pela ordem) – Qual é a ementa, Presidente? Eu perdi. Eu não ouvi a leitura da ementa. Saiu truncada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Foi a leitura do parecer. Vereador Carlos Bezerra Jr., nosso Secretário, foi lido parecer da Comissão a respeito do PL 362/ 2022.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. (PSDB) – (Pela ordem) – Qual é o PL, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – *Dark kitchens*. É o 362/22. Agora, estamos no encaminhamento de votação. Em seguida, proceder-se-á à votação nominal. Este é um projeto importante, de quórum qualificado, Vereador.

Sras. e Srs. Vereadores, atenção: na votação, o quórum será qualificado – obviamente, nominal.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, a nobre Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – Boa tarde a todas e a todos, a todos os que estão nos acompanhando. Boa tarde aos professores, educadores, trabalhadores da educação, que estão na Câmara. Antes de falar do projeto das *dark kitchens*, Presidente, só quero dar uma saudação aos professores, profissionais da educação que estão aqui hoje. Sejam muito bem-vindos. Esta Casa às vezes é hostil aos trabalhadores da educação, mas hoje, felizmente, temos uma boa notícia para dar para os professores. É um raro momento em que ficamos felizes com o Executivo e é um projeto

importante que votamos hoje. Votamos favoravelmente e isso é muito bom para toda a nossa cidade, sobretudo para a educação.

Contudo, eu quero falar um pouco do projeto das *dark kitchens*, que é o projeto das cozinhas comunitárias, de que meus colegas já falaram hoje. Vamos fazer o encaminhamento do PSOL e eu fiquei ouvindo muito atentamente a fala de vários dos meus companheiros que vieram aqui defender o projeto.

Quero fazer algumas leituras, porque, em alguns momentos, os Vereadores falaram que não há nenhum erro no projeto, que não há problema discutir os decibéis nesse projeto. Eu gostaria de ler algumas matérias. Na verdade, são enunciados de bastantes matérias que saíram no jornal há algum tempo. Record: “Aumento do limite de decibéis em eventos preocupa vizinhos de estádios em São Paulo.” *Jornal da Gente*: “Barulho não é um bom negócio.” CBN: “A gente tem que se preocupar em mitigar os ruídos e proteger a população.” *Folha de S.Paulo*: “85 decibéis: quem dominará o barulho que Nunes e a Câmara querem autorizar em São Paulo?” *Estadão*: “Mais barulho de *shows* em São Paulo? Promotoria vê retrocesso em projeto aprovado pela Câmara.” *Estadão*: “Mais barulho em São Paulo? Proposta de elevar nível de ruído beneficia Allianz Parque e Anhembi.” *Folha*: “Jabuti do barulho.” *Folha*: “Projeto da Prefeitura de São Paulo tem jabuti, que eleva limite de barulho em *shows*.”

Parece que a população, que está há semanas enviando mensagens para todos os Vereadores desta Casa, e a mídia, que, inclusive, tem noticiado o jabuti, estão erradas. Só quem está certo é o Prefeito. Só quem está certo é o Executivo, que manda um projeto para nós discutirmos as *dark kitchens*, e ficamos impossibilitados de discutir as *dark kitchens* por causa, sim, de um jabuti no projeto, que vai privilegiar uma minoria.

Houve um Vereador que subiu aqui, hoje, e falou da maioria, que os Vereadores representam as maiorias. Na verdade, os Vereadores representam as minorias, porque a maioria é o povo, é a população da cidade, que já se manifestou em várias audiências públicas contra esse projeto, especialmente contra esse ponto dos decibéis. Manifestou-se contrariamente, também, ao fato de que as cozinhas que temos implementadas hoje trouxeram inúmeros transtornos para a população e o Vereador Antonio Donato falou que não estamos legislando para regulamentar no dia de hoje essas cozinhas que já estão instaladas.

Então, temos trabalhadores, os motoboys, sem condições de trabalho, sem lugar para ir ao banheiro, sem lugar para estacionar a moto. Temos a gordura das cozinhas, que vai pelas janelas e vai pelas casas. Há os barulhos da cozinha. Temos, também, trabalhadores e trabalhadoras que podem estar trabalhando em situações extremamente precárias, porque a gente não tem fiscalização nessas cozinhas e estamos, hoje, fazendo uma discussão como se os vereadores que estão se manifestando contra esse projeto, na verdade, contra os desmandos que tem nesse projeto fossem contra a criação de empregos. Quando na verdade estamos querendo fazer uma discussão de que cidade a gente aprova. Foi muito falado aqui do Parlamento. Da importância do Parlamento, da importância da representatividade. Mas parece que alguns vereadores esqueceram que é importante, também, que esse parlamento fiscalize o Executivo, o Prefeito Ricardo Nunes. Porque os Vereadores foram eleitos para isso também,

Esta Casa não é uma Casa que serve aqui apenas para autorizar o que o Sr. Prefeito quer fazer. Essa Casa é uma Casa que precisa fiscalizar e dizer a Prefeitura que o que ela pretende fazer é incorreto. Isso, também, é o dever de um parlamentar. Diferente do que alguns colegas dividiram, hoje, com a gente no plenário. É por isso que a gente chama atenção para o que está acontecendo hoje.

A Bancada do PSOL continua votando contra esse projeto das dark kitchens, porque esse é um projeto, que na verdade, trás um retrocesso para uma cidade que deveria ser uma cidade símbolo e modelo para o país todo. Obrigada, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, a nobre Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, telespectadores da TV Câmara São Paulo. Venho à tribuna falar sobre o projeto de lei das dark kitchens. Queria só chamar atenção que as dark kitchens elas fazem parte de um contexto a nova economia. É super importante. Todos nós, durante a pandemia, fizemos usos extensivo do processo de delivery. É inegável a gente não pode deixar de dizer que o mundo mudou e que essa é mais uma contribuição ao que temos chamado de nova economia;

Acontece que as dark kitchens elas aparecem, elas surgem, em um contexto de uma cidade cujo Plano Diretor vai completar oito anos sem ser revisto. E claramente essas cozinhas tornaram anomalias. A lei que está vigente não está preparada para recebê-las. Costumo dizer é como se você quisesse colocar algo quadrado em uma forma redonda. Não encaixa. Não tem como fazer, do jeito que estamos discutindo.

Essa é uma pautas, na minha opinião, a mais importante de 2022. Não tem como a gente negar a incomodidade que essa nova economia que as dark kitchens tem contribuído. Eu participei das seis audiências públicas. Eu escutei relatos comoventes de moradores que não conseguem dormir, não conseguem estudar. Tem cheiro de gordura, não conseguem entrar dentro de casa, moto boys. A situação é bastante complexa. E a complexidade que trás esse projeto, fez com que nos debruçássemos sobre ele e já tem vários – diria meses – que a gente vem discutindo sobre o projeto das dark kitchens. E na minha opinião a gente andou bastante. Hoje temos um negocio que não está regulamentado e que depois de muitos esforços, muitas conversas a gente conseguiu fazer uma regulamentação que não é ideal, particularmente, para as dark kitchens que já estão instaladas. Esse é um ponto muito sensível para, obviamente, os munícipes que estão morando próximo as essas que estão instaladas. Mas acredito que o PL fez progressos. Eu estava bastante engada na discussão desse projeto do jeito que ele está. E estaria até tendente, a votar favorável.

No entanto, nas últimas semanas, foi incluído dentro desse projeto o aumento dos decibéis para os shows, eventos de grande porte. E para mim esse é outro ponto extremamente relevante para a Cidade de São Paulo, para os Munícipes.

É uma questão, eu por exemplo pessoalmente, vivo em um bairro que está lotado de bares e sofro com a incomodidade. Eu sei o que é não conseguir dormir. Eu sei o que é reclamar. Eu sei o que é acordar 4h30 da manhã, sair de pijama, ir lá no bar brigar com o dono do bar porque está alto, eu não consigo dormir.

Então é um problema sério na Cidade de São Paulo. E a cidade como costumo dizer, ela tem de ser para todos. Eu sou uma mulher que pensa no liberalismo. Quero que os negócios

tenham progresso. Que floresçam, que possam gerar emprego e renda e que todo mundo possa fazer ocupação dessa cidade.

Eu quero ir a bar, eu quero ir a *show*, eu quero ir ao teatro, eu quero ir ao parque, mas o fato de eu querer fazer isso não significa que vai tirar a liberdade do meu vizinho de dormir, de descansar, de ler, de ver TV, de estar junto a sua família. Esse é um problema sério, não é uma solução simples, é uma questão muito complexa e acho que a complexidade deveria ter sido trazida de forma totalmente separada.

É óbvio que hoje não está regulamentado, essa é uma discussão que a gente vem tendo com o Governo, mas o fato de não estar regulamentado não significa que regulamentemos de qualquer jeito, que coloquemos no meio de outro projeto cuja matéria, como eu disse no começo, é de suma importância, que é a matéria das dark kitchens. Gostaria muito de ter essa discussão com a sociedade civil, com o Governo, com meus pares, com meus colegas, sobre essa questão da incomodidade dos decibéis.

Então, é muito complicado. Eu que gostaria muito que os *shows* continuassem, que possamos continuar gerando emprego e renda, que possamos continuar nos divertindo. Quem não quer ver o Coldplay? Quem não quer ver a Madonna? Quem não quer ver todos os *shows* de rock, de sertanejo. Todos nós que temos nossas preferências musicais de *shows* gostaríamos de estar juntos participando dos *shows*.

No entanto eu gostaria que essa discussão tivesse sido feita de forma separada com a mesma extensão que tivemos com as dark kitchens. Então, declaro aqui já o meu voto contrário ao projeto, lamentando profundamente porque eu acho que o projeto das dark Kitchens teve vários avanços e eu gostaria muito que meu voto fosse diferente, mas infelizmente não o será.

Obrigada, Presidente, pelo tempo. Obrigada a todos os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, queria chamar a atenção dos Vereadores e Vereadoras e aqueles que estão de forma *on-line* que é uma votação qualificada e nominal. Alguns Vereadores que estão aí de forma *on-line* só para reforçar que nós entraremos em processo de votação, para que eu não venha interromper o processo de votação, peço a atenção dos nobres pares com referência a votação qualificada nominal. Era esse o meu recado, Sr. Presidente, só para deixar os Srs. Vereadores atentos, aqueles que estão de forma *on-line* até por conta da restrição e do uso das máscaras nessa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Não há mais oradores inscritos para o encaminhamento da votação.

Sras. e Srs. Vereadores, passaremos a votação do PL 362/ 2022. Quero lembrar de que se trata de projeto de lei de quórum qualificado, com aprovação mediante voto nominal favorável de dois terços da Câmara. Então, será processado pelo sistema híbrido, podendo ser presencial, ou, na forma regimental, pelo sistema virtual.

Passemos a votação do PL 362/ 2022. do Executivo. Os Srs. Vereadores favoráveis, na versão do substitutivo nº 2, da liderança do Governo... suspendo por um momento, deu problema no painel eletrônico.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Reaberta a sessão. Em votação o PL 362/2022 do Executivo, na versão do substitutivo nº 2, apresentado pela liderança do Governo. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários “não”, comportando ainda a abstenção. Em votação.

- Inicia-se a votação de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Eu voto “sim” e encaminho voto “sim”.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminho voto “sim”.

O SR. GEORGE HATO (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminho voto “sim”.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ISAC FELIX (PL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – (Pela ordem) – Cris Monteiro vota “não”.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – (Pela ordem) – Elaine do Quilombo vota “não”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) – (Pela ordem) – Marlon Luz vota “sim”.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Fernando Holiday, “sim”.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) – (Pela ordem) – Major Palumbo, “sim”.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) – (Pela ordem) – Milton Ferreira, “sim”.

O SR. RICARDO TEIXEIRA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Ricardo Teixeira vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Estamos na votação, por quórum qualificado, do PL 362/2022.

O SR. ELISEU GABRIEL (PSB) – (Pela ordem) – Eliseu Gabriel vota “não”.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) – (Pela ordem) – Erika Hilton vota “não”.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLCY (PT) – (Pela ordem) – Eduardo Suplicy

vota “não”.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) – (Pela ordem) – Gilberto Nascimento (falha na transmissão, ininteligível).

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – (Pela ordem) – Senival Moura vota “sim”.

O SR. JAIR TATTO (PT) – (Pela ordem) – Jair Tatto vota “sim”.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sandra Tadeu vota “sim”.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Luana Alves vota “não”.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Contra o “jabuti”, Professor Toninho Vespoli vota “não”.

O SR. ALFREDINHO (PT) – (Pela ordem) – Alfredinho vota “sim”.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – (Pela ordem) – Silvia da Bancada Feminista vota “não”.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Arselino Tatto vota “sim”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) – (Pela ordem) – Vereador Sidney Cruz vota “sim”.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) – (Pela ordem) – Alessandro Guedes, “sim”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) – (Pela ordem) – Gilson Barreto, “sim”.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – (Pela ordem) – Celso Giannazi vota “não”.

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Eli Corrêa vota “sim”.

O SR. ADILSON AMADEU (UNIÃO) – (Pela ordem) – Adilson Amadeu vota “sim”.

O SR. ROBERTO TRIPOLI (PV) – (Pela ordem) – Roberto Tripoli vota “não”.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) – (Pela ordem) – Juliana Cardoso vota “sim”.

A SRA. JANAÍNA LIMA (MDB) – (Pela ordem) – Janaína Lima vota “sim”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) – (Pela ordem) – Danilo do Posto de Saúde, “sim”.

O SR. FELIPE BECARI (UNIÃO) – (Pela ordem) – Felipe Becari, “sim”.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) – (Pela ordem) – Camilo Cristófar vota “sim”.

A SRA. ELY TERUEL (PODE) – (Pela ordem) – Ely Teruel vota “sim”.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sonaira Fernandes vota “sim”. (Pausa) Presidente Milton Leite, meu voto foi computado?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Sim, já está no painel, Vereadora.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) – (Pela ordem) – Milton Ferreira está no painel?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Está no painel sim.

O SR. THAMMY MIRANDA (PL) – (Pela ordem) – Thammy Miranda vota abstenção.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram
“sim” os Srs.:

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Votaram “sim” 38 Srs. Vereadores; “não”, 11 Srs. Vereadores; e absteve-se de votar 1 Sr. Vereador. Aprovado o Substitutivo nº 2, ficando prejudicado o Substitutivo nº 1.

Há sobre a sobre a mesa emendas, que serão lidas.

- É lido o seguinte: (Emendas 1, 2, 3, 4, 5, 6 ao PL 362/2022)

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, eu queria dialogar com os Vereadores que apresentaram as emendas, Vereadores Gilberto Nascimento e Rodrigo Goulart. Primeiro quero aqui fazer um reparo a minha fala, parabenizando o Vereador Rodrigo Goulart. Das diversas emendas apresentadas por S.Exas., algumas foram incorporadas ao texto; na minha fala, em plenário, na defesa do projeto. Eu me esqueci de mencionar o Vereador Rodrigo Goulart, que tanto lutou para o texto das *dark kitchens*. Inclusive, algumas dessas emendas lidas foram incorporadas ao texto, notadamente a questão da segurança e também a questão de afixar, nos locais das *dark kitchens*, as empresas que lá estão instaladas, entre outras coisas.

Queria só fazer essa solicitação aos Vereadores Gilberto Nascimento e Rodrigo Goulart, que possam ser publicadas as suas emendas e V.Exas. façam, por favor, a retirada das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Para manifestação, podem usar a palavra os Vereadores Gilberto Nascimento e Rodrigo Goulart, acerca das emendas. Está encaminhada a proposta de retirada das emendas, pelo Líder do Governo.

Passemos à votação da rejeição das emendas.

Há sobre a mesa requerimento, que será lido.

- É lido o seguinte: (requerimento do Vereador Fabio Riva, para a votação em bloco das emendas apresentadas ao PL 362/2022 em segunda discussão)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – A votos o requerimento. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora (Pausa). Está aprovado.

Dessa forma, passemos agora à votação nominal das emendas em bloco.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) – (Pela ordem) - Sr. Presidente, eu retiro as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Estão retiradas as emendas.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) – (Pela ordem) - Sr. Presidente, peço a publicação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Está garantida a publicação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Em votação a Emenda nº 1 do Vereador Gilberto Nascimento. A votos pelos sistemas nominal e Teams, na forma regimental.

- Inicia-se a votação de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - A Presidência encaminha voto "não", seguindo orientação do Líder do Governo.

O SR. GEORGE HATO (MDB) - (Pela ordem) - George Hato vota "não".

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) - (Pela ordem) - Presidente, seguindo o Líder do Governo, vou retirar a emenda. Uma pequena demora por causa do sinal do celular não estava pegando.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Perfeito. Retirada a emenda de votação. O PL 362/22 vai à sanção.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) - Obrigado, nobre Vereador Gilberto Nascimento. Obrigado, nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) - Obrigado, nobres Vereadores.

Há sobre a mesa requerimento que será lido.

- É lido o seguinte (Requerimento de inversão do item nº 4 para o item nº 2)